

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° DE 2011 (dos Srs. Rogério Marinho, Raul Henry e Gastão Vieira)

Solicita que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença das autoridades educacionais a seguir listadas, para prestarem esclarecimentos acerca do processo de funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL) frente à questão da norma culta.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação das autoridades listadas, para prestarem esclarecimentos acerca do processo de funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL) frente à questão da norma culta.

Para tanto, convidamos para o debate os Senhores:

1. **Maria do Pilar Lacerda** - Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC);
2. **Evanildo Cavalcante Bechara** – Professor, Gramático, Filósofo e Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL);
3. **Heloísa Ramos** – Autora do Livro “Por uma Vida Melhor”;
4. **Representante do Ministério Público Federal.**

JUSTIFICAÇÃO

A questão da norma culta necessita ser discutida nesta Comissão, frente aos fatos denunciados pela Mídia Nacional que gerou ampla discussão e preocupação causada pela defesa do processo ensino-aprendizagem formal.

A situação foi veiculada na primeira página do Jornal Correio Brasiliense, em 17 de maio de 2011:

“A discórdia em 2 milhões de “livro” - Pelo menos 2 milhões de livros que abordam variantes da língua portuguesa — a culta e a popular — foram distribuídos para brasileiros matriculados, nos últimos 10 anos, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinado a estudantes com mais de 15 anos. Obras como a *Por uma vida melhor*, que vem causando polêmica ao apresentar expressões como “nós pega o peixe”, tiveram orientação pedagógica da organização Ação Educativa, que as distribui para secretarias de Educação de todas as regiões do país. A editora começou a distribuir os livros pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), neste ano, quando o EJA foi incluído no programa. No entanto, segundo o MEC, obras que incluem discussões sobre as variantes da língua são distribuídas por meio de programas governamentais há 15 anos. Um total de 484.195 alunos receberam, neste ano, o título *Por uma vida melhor*, editado pela Ação Educativa, em parceria com a Global Editora. A obra aborda, no capítulo “Escrever é diferente de falar”, o uso da norma popular da língua portuguesa. A autora Heloisa Ramos defende, no livro didático, que não há um único jeito de falar e escrever: “A língua portuguesa apresenta muitas variantes, ou seja, pode se manifestar de diferentes formas (...) As classes sociais menos escolarizadas usam uma variante da língua diferente da usada pelas classes sociais que têm mais escolarização”. Para Ramos, a ideia de correto e de incorreto no uso da língua deve ser substituída pela de uso adequado e inadequado, dependendo da situação comunicativa. Segundo a doutora em educação e coordenadora-geral da Ação Educativa, Vera Masagão Ribeiro, os autores editados pela organização não se furtam a ensinar a norma culta, apenas indicam que existem outras variedades diferentes dessa. “A abordagem é adequada, pois diversos especialistas em ensino de língua afirmam que tomar consciência da variante linguística que se usa pode ajudar na apropriação da norma culta”, disse. A Academia Brasileira de Letras (ABL) divulgou ontem uma nota em que diz estranhar “certas posições teóricas dos autores de livros que chegam às mãos de alunos dos cursos fundamental e médio com a chancela do Ministério da Educação”: “Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos, variedade que eles deverão conhecer e praticar no exercício da efetiva ascensão social que a escola lhes proporciona”. O MEC informou que o processo de seleção das obras é “apolítico e impessoal”. De acordo com a pasta, a inscrição das editoras para a oferta de livros didáticos é feita por meio de edital e as obras inscritas são avaliadas por especialistas de universidades públicas. Ainda segundo o ministério, não cabe a ele fazer um filtro nas obras selecionadas pelos especialistas para não se correr o risco de cometer uma decisão “política”. A assessoria do ministério afirmou que o debate (sobre a obra) é “fascinante”, “mas tem que se processar na academia”, pois o MEC não poderia, nesse caso, afirmar o que é certo e errado.”

O livro didático é a principal referência dos alunos nas salas de aulas brasileiras, em termos de acesso à linguagem culta, ao conhecimento

formal e conseqüentemente no processo de educação formal de nossa população. Portanto, esta discussão é tema de fundamental importância para esta Comissão.

Sala das Comissões, de maio de 2011

Deputado Rogério Marinho
PSDB RN

Deputado Raul Henry
PMDB PE

Deputado Gastão Vieira
PMDB MA